



### III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER  
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

## A EDUCAÇÃO FEMININA NAS LINHAS E ENTRELINHAS DO JORNAL NORTE-GRANDENSE O ÍRIS (1875-1876)

Marliane Porfírio da Silva<sup>1</sup>  
Kilza Fernanda Moreira de Viveiros<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo aborda a temática da educação feminina no contexto do Rio Grande do Norte, durante o período de 1875 a 1876, a partir do estudo do jornal *O Íris*: periódico bi-mensal dedicado ao sexo feminino. A pesquisa busca analisar as representações sobre a educação feminina presentes nas publicações do jornal, identificando as ideias defendidas em torno do acesso feminino a educação. Para isso, traçamos uma breve análise sobre a história da educação feminina no Brasil durante o século XIX, para que possamos identificar quais espaços eram reservados ou negados ao gênero em questão. Para fundamentar nossa discussão, escolhemos os escritos de Almeida (1998), Del Priore (2016, 2004) e Morais (1996), que nos dão subsídios necessários para o estudo sobre a educação feminina no Brasil. O artigo conclui que o jornal *O Íris* representou um importante espaço de discussão sobre a educação feminina, contribuindo para a construção de novas representações e práticas educativas para as mulheres do Rio Grande do Norte.

**Palavras-chave:** História da Educação; Educação Feminina; Gênero; Representações; Impresso.

### INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo fazer uma breve análise sobre a representação da educação feminina, por meio do impresso, *O Íris* Periódico Bi-Mensal dedicado ao Sexo Feminino (1875-1876), buscando por meio da leitura documental, evidenciar as principais ideias que circulavam em Natal, capital do Rio Grande do Norte, sobre a educação feminina em meados do século XIX.

Compreendemos que por um longo período histórico, a vida feminina foi atravessada pela dominação hegemônica masculina, e pela divisão desigual de espaços, limitando a vida feminina, em sua maioria, ao espaço privado e aos homens o espaço público, e essas delimitações sociais, desencadearam práticas hierárquicas, intensificando assim a desigualdade de gênero, que é um fator que demarca não só a história da sociedade brasileira, mas que também perpassa por outras sociedades e culturas.

A ideia de que a natureza das mulheres as destine ao silêncio e à obscuridade está profundamente arraigada em nossas culturas. Restritas ao espaço privado, no melhor dos casos ao espaço dos salões mundanos, as mulheres permanecem durante muito tempo excluídas da palavra pública. (PERROT, 1998, p. 59).

<sup>1</sup>Mestranda em Educação, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: marlianepsilva95@gmail.com

<sup>2</sup>Professora e Doutora em Educação, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: kilza.viveiros@gmail.com



### III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER  
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

Nessa citação, podemos compreender que a ideia sobre as mulheres serem silenciadas e mantidas na obscuridade tem sido uma visão comum em muitas culturas e por longos períodos históricos. Ao mantê-las, ao espaço privado, elas são negadas a oportunidade de expressar suas opiniões e argumentar em debates importantes, isso pode gerar consequências prejudiciais para a sociedade, e essa visão restritiva e preconceituosa fez parte da vida feminina, principalmente no século XIX.

Durante o referido século, não havia interesse nas famílias brasileiras para que se educassem as meninas, existiam poucos locais destinados à educação para as mulheres, e sua instrução seria voltada para noções da língua portuguesa, um pouco da aritmética, destacando-se assim os trabalhos manuais. Priore (2016) afirma que alguns viajantes, como exemplo John Mawe, que chegavam em terras brasileiras teciam críticas sobre o estado de ignorância em que se encontravam as mulheres, visto que em outros países a diferença entre os gêneros quase não mais existia. Segundo John Mawe, existia uma superficialidade de conhecimento no que se direcionava a educação das mulheres:

Segundo esse observador, ocupavam-se de trabalhos leves que nada tinham a ver com o que aprendiam na escola. Ao contrário, a instrução era perigosa pois poderia colocar em risco o esquema de controle sobre esposas e filhas. Era melhor que seu apetite intelectual deixasse a desejar; não deveriam dedicar-se a leitura, nem precisavam escrever, porque “poderiam fazer mal uso da arte.” (PRIORE, 2016, p. 288, aspas da autora).

Durante boa parte deste período histórico, se propagou a imagem da mulher construída através do imaginário masculino, que determinavam que o saber não poderia fazer parte da história feminina, pois ameaça o controle dos homens sobre as mulheres. Como firma, Perrot (2018):

Essa exclusão das mulheres pouco condiz com a Declaração dos Direitos do Homem, que proclamam a igualdade entre todos os indivíduos. As mulheres não seriam “indivíduos”? A questão é embaraçosa: muitos pensadores – como Condorcet, por exemplo – pressentiram-na. Única justificativa: argumentar sobre a diferença dos sexos. É por isso que um velho discurso retoma no século XIX um novo vigor, apoiando-se nas descobertas da medicina e da biologia. É um discurso naturalista, que insiste na existência de duas “espécies” com qualidades e aptidões particulares. Aos homens, o cérebro (muito mais importante que o falo), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos.



### III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



Em meio a lutas e resistência, se nota que a educação é uma possibilidade para a vida feminina, em meados do século XIX, através dos avanços como industrialização e urbanização é que a ideia de civilização adentra o espaço brasileiro e coloca a mulher como responsável por este processo, a mulher que já tinha a função de educar os filhos, agora também teria a responsabilidade de educar a sociedade.

A formação da mulher estava embasada em um modelo idealizado de filha, mãe, esposa, moralmente digna, com condições intelectuais para contribuir de modo efetivo na ordenação social, a partir do cuidado em princípios de liberdade, individualismo, ordem e superação. Além das disciplinas notadamente escolares, os preceitos morais e cristãos, as prendas domésticas, as linguas valorizavam o papel do sexo feminino na família e na sociedade. (PINHEIRO, 2009, p. 56)

A metade do século XIX é demarcado pelas movimentações femininas pela instrução das primeiras letras, apesar de como Almeida (1998) define que o fim último da educação era preparar a mulher para atuar no espaço doméstico e incumbir-se do cuidado com o marido e os filhos, não se cogitando que pudesse desempenhar uma profissão assalariada.

É a partir de movimentações a favor de maior instrução feminina, que algumas mulheres conseguiram ter acesso à literatura e práticas pedagógicas, defenderam seu trabalho contra intervenções externas e aos poucos começaram a ingressar nos espaços públicos fora do âmbito escolar, como por exemplo: os jornais e revistas, mesmo que de forma muito sutil, esse meio de comunicação ainda conseguiu propagar as movimentações em torno de um maior acesso a vida feminina na vida pública.

#### **METODOLOGIA**

Para a realização desta pesquisa, nos pautamos na perspectiva da Nova História Cultural, pois acreditamos que esse suporte teórico-metodológico nos fornece aportes necessários para que possamos investigar documentos, que não eram considerados como oficiais para época, como nos diz Barros (2005), que por muito tempo houve negligência de que a vida cotidiana estava inquestionavelmente mergulhada no mundo da cultura, pelo simples fato de existir, qualquer indivíduo já está automaticamente produzindo cultura, não há necessidade de ser um artista ou intelectual.



### III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



Esta modalidade historiográfica nos deu base para ampliar nossa discussão sobre os sujeitos comuns, caminhar por outros caminhos da história, contar a versão dos vencidos, identificar o que circulava no jornal, esse potente meio de comunicação, sobre a educação feminina.

Para análise da fonte documental, utilizamos o acervo da Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional, para que pudéssemos ter acesso ao periódico O Íris Periódico Bi-Mensal dedicado ao Sexo Feminino (1875-1876), e para fundamentar nossa discussão escolhemos os escritos de Chartier (2002), que nos auxilia na compreensão de práticas e representações, que segundo Barros (2005):

[...] cultura (ou as diversas formações culturais) poderia ser examinada no âmbito produzido pela relação interativa entre estes dois pólos. Tanto os objetos culturais seriam produzidos “entre práticas e representações”, como os sujeitos produtores e receptores de cultura circulariam entre estes dois pólos, que de certo modo corresponderiam respectivamente aos “modos de fazer” e aos “modos de ver”. Será imprescindível clarificar, neste passo, estas duas noções que hoje são de importância primordial para o historiador da Cultura.” (BARROS, 2005, p. 131).

Para nossa fundamentação teórica sobre a história das mulheres, nos guiamos por Morais (1996), Perrot, (2005) e Del Priore (2004), que nos ajudam a compreender e dialogar sobre como as representações acerca da educação feminina circulavam na sociedade oitocentista, problematizando e evidenciando os avanços e retrocessos que sempre fizeram parte da história das mulheres, principalmente seu acesso ao mundo das letras.

#### A EDUCAÇÃO FEMININA NO SÉCULO XIX

Durante boa parte do século XIX, a educação feminina era delimitada ao espaço privado, segundo Almeida (1998), a educação para as mulheres era vista com descaso, tanto pela família quanto pelo poder público, em algumas famílias, com mais condições financeiras, as meninas recebiam educação dentro da sua própria casa, porém com assuntos muito limitados, e que se dedicassem a estudos domésticos.

Nas casas mais abastadas as jovens recebiam de professores particulares algumas noções elementares, mas dedicavam-se sobretudo às prendas domésticas e à aprendizagem de boas maneiras. Mesmo essas moças privilegiadas tinham reduzido acesso à leitura, pouco ou nada sabiam de história ou geografia, possuíam vagas noções de literatura e cálculo, dedicavam-se mais à aprendizagem de uma língua, de



### III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER  
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

preferência o francês, vivendo nos limitados horizontes domésticos, aguardando o casamento que deveria ser sua suprema aspiração e para o qual eram preparadas por toda a vida. (ALMEIDA, 1998, p. 55 e 56).

Porém, com as mudanças políticas no país, com a chegada dos ideais republicanos, em meados do século XIX, foi um fator que suscitou uma sequência de mudanças referentes ao pensamento social e político em torno da educação da mulher oitocentista, que passou a ser vista como meio de educar e civilizar a nação, então, cabe a mulher, a função de educar as meninas, que deverão ensinar sobre o amor a pátria, sem esquecer das atividades feitas com agulhas, como costura e bordado; dessa forma dando seguridade de continuar seguindo os estereótipos criados em torno da vida feminina.

Por meio da primeira Lei de Instrução Pública no Brasil, de 1827, podemos observar como ocorria as distinções entre a educação ofertadas aos meninos para as disciplinas que eram ofertadas ao gênero feminino:

Art 6º Os Professores ensinarão a ler, escrever as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimae e proporções, as nações mais geraes de geometria pratica, a grammatica da lingua nacional, e os principios de moral chritã e da doutrina da religião catholica e apostolica romana, proporcionandos á comprehensão dos meninos; preferindo para as leituras a Cosntituição do Imperio e a Historia do Brazil.  
Art 12º As mestras, além do declarado no art 6º, com exclusão das noções de geometria e limitando a instrucção da arithmetica só as suas quatro operações, ensinarão tambem as prendas que servem á economia domestica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquellas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimentos nos exames feitos na fórmula do art. 7º.

Através da observação destes dois artigos, podemos notar os conteúdos e as habilidades que os professores e mestras deviam ensinar às crianças nas escolas primárias no Brasil durante o período imperial. Esta lei foi um marco importante na história da educação brasileira, pois estabeleceu o sistema escolar primário no país, no entanto, a educação nesse período era restrita a uma pequena elite, e a maioria da população brasileira permanecia analfabeta. Além dessa questão, a lei reforçava os valores e práticas da religião católica, o que reflete o caráter confessional da educação nessa época.

Proclamada a Independência, parecia haver, ao menos como discurso oficial, a necessidade de construir uma imagem do país que afastasse seu caráter marcadamente



### III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER  
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

colonial, atrasado, inculto e primitivo. É bem verdade que os mesmos homens e grupos sociais continuavam garantindo suas posições estratégicas nos jogos de poder da sociedade. No entanto, talvez fossem agora necessários outros dispositivos e técnicas que apresentassem as práticas sociais transformadas, ainda que muitas transformações fossem apenas aparentes. (LOURO, 2004, p. 371).

Notamos que havia uma necessidade de afastar a imagem do país colonial, atrasado, inculto e primitivo; no entanto, apesar da independência, muito dos homens e grupos sociais que detinham o poder no período colonial continuaram a ocupar posições estratégicas na sociedade brasileira. Para construir uma nova imagem do país, era necessário criar novas práticas sociais que apresentassem uma transformação aparente, mas que, na prática, muitas vezes não ocorria.

Louro (2004), destaca a complexidade da construção da identidade nacional em países que passaram por um longo período colonial, como o Brasil. A independência política não foi suficiente para criar uma nova identidade nacional, uma vez que as estruturas de poder e as práticas sociais permaneceram em grande parte inalteradas. A construção de uma nova identidade nacional requer mudanças profundas e duradouras nas estruturas sociais e políticas, bem como uma reflexão crítica sobre o passado colonial.

Desta forma, compreendemos que a educação feminina no século XIX era bastante limitada, as mulheres recebiam pouca ou nenhuma educação formal, e havia um grande número de analfabetas. A educação era considerada uma atividade masculina, e as mulheres eram incentivadas a se dedicarem ao lar e à família.

Havia um número muito restrito de mulheres que tinham acesso a educação formal, e as disciplinas eram voltadas para as habilidades domésticas, como costura e bordado; algumas, pertencentes a elite, tinham acesso a uma educação um pouco mais ampla, com alguns conhecimentos de línguas estrangeiras, cálculos matemáticos e literatura.

Apenas em meados do século XIX, que a educação realmente começou a se expandir pelo Brasil, algumas mulheres já vinham rompendo com alguns padrões pré-estabelecidos socialmente na esfera doméstica, a partir desse momento é que elas subverteram as representações criadas em torno do ser feminino, e começam a se aventurar, a escrever. Um dos



### III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER  
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

grandes exemplos desse fato histórico, é o de Nísia Floresta<sup>3</sup>, escritora e educadora norte-riograndense, que se destacou por dar início a entrada de mulheres no espaço privado, quando ela lançou a tradução do livro *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, de Mary Wollstoncraft.

Nísia, é uma das grandes referências, pela luta por igualdade de gênero no Brasil, ela foi uma das primeiras mulheres a receber uma educação formal e se destacou como escritora e educadora, lutando pela emancipação feminina em um período em que as mulheres eram excluídas da vida pública, em 1838, no Rio de Janeiro, ela fundou um colégio exclusivo para meninas, colocando até anúncio no *Jornal do Comércio* (1938/ RJ. Ed.:00024):

D. Nísia Floresta Brasileira Augusta tem a honra de participar ao respeitável público que ela pretende abrir no dia 13 de fevereiro próximo, na rua direita n° 163, um Colégio de educação para meninas, no qual, além de ler, escrever, contar, coser, bordar, marcar e tudo o mais que toca á educação doméstica de uma menina, ensinar-se-ha a grammática da língua nacional por hum methodo facil, o francez, o italiano, e os princípios mais geraes da geographia. Haverão igualmente neste Colégio mestres de música e dança.

Recebem-se alumnas internas e externas. A directora, que há 4 annos se emprega nesta occupação, dispensa-se de entreteter o respeitável público com promessas de zelo, assiduidade e applicação no desempenho dos seus deveres, aguardando occasião em que possa praticamente mostrar aos pais de família que a honrarem com a sua confiança, pelos promptos progresso de sua filha, que ella não he indigna da árdua tarefa que sobre si toma.

Esse anúncio é um exemplo da atuação de Nísia Floresta, como educadora e defensora da educação feminina no Brasil, durante o século XIX, ela abre o colégio com objetivo de oferecer uma formação mais ampla e abrangente para as meninas, indo além do ensino básico de leitura, escrita e costura que eram os conteúdos comuns da época. Com isso ela contribuiu para a formação de uma nova geração de mulheres, mais instruídas e preparadas para enfrentar os desafios de uma sociedade patriarcal.

#### “O GÊNIO NÃO TEM SEXO”

<sup>3</sup> Nísia Floresta Brasileira Augusta, nascida Dionísia Gonçalves Pinto (1810-1885), foi uma escritora, educadora, ativista pelos direitos das mulheres e abolicionista brasileira, considerada uma das pioneiras do feminismo no país. Ela nasceu em Papari, no Rio Grande do Norte, e teve uma educação excepcional para a época, aprendendo a ler e escrever em casa com seu pai e depois frequentando aulas particulares.



### III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER  
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

O século XIX é marcado por mudanças, pela agitação social e política, desta forma compreendemos que o estudo pelo impresso pode nos viabilizar informações do cotidiano da sociedade; sabendo também que a imprensa se consolida nessa época como o meio de comunicação mais rápida e com menor custo. Ela atua de forma pedagógica, como uma potente formadora de opinião pública, servindo como recurso político e moral sobre a vida de mulheres e homens que formavam parte do corpo social oitocentista.

O jornal, como afirma Wilhelm Bauer, é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de idéias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre as sociedades, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas (CAPELATO, 1988, p. 21).

Dessa forma, destacamos a importância do impresso como fonte de conhecimento, cultura e história. De fato, os jornais têm um papel fundamental na sociedade, como meio de comunicação e informação, mas também com papel de compartilhar ideias e opiniões que moldam a cultura e o pensamento da época.

No meio desse campo de estrutura social e política que permeou o período oitocentista, a imprensa tem grande influência no que demarca o surgimento da mulher na vida pública; os impressos foram os meios de maior comunicação rápida para a época e assim esse campo começou a ganhar forma na sociedade:

Os escritores utilizavam-se da imprensa desde o início da sua criação. Artigos, panfletos, crônicas, folhetins, notícias de modas e variedades, comentários sobre publicações de livros, cartas ao leitor, notícias políticas, eram as armas que utilizavam na conquista ao público. A própria estrutura do jornal dirigia-se pela maneira como os escritores e editores julgavam ser o da clientela que buscavam. Tal prática contribuía não apenas para que se estreitassem os laços entre a literatura e o jornalismo, como também, se especificasse o campo literário, entendido como um campo de forças e um campo de lutas cuja finalidade é transformar ou conservar a relação de forças estabelecidas. (MORAIS, 1996, p. 80).

Os potiguares, intelectuais e entusiasmados buscavam reorganizar a política local para se adequar ao modelo civilizatório, alinhando-se a democracia burguesa, com a percepção de mundo que já caminhava com a nova estrutura política.

Assim é que, o grande veículo do espírito moderno, o jornal, nas palavras de Machado de Assis, na verdade se constituía como um importante suporte de leitura e como um elemento fundamental na constituição da leitora. [...] arrisca-se a afirmação de que



### III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER  
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

uma das preocupações dos editores e colaboradores dos jornais era a formação de um público leitor feminino na segunda metade do século XIX. (MORAIS, 1996, p 80).

Por meio dos registros do jornal, é possível observar um outro possível olhar sob as ideias em torno da conduta feminina. Mesmo diante de tantos impedimentos, o país contou com a produção de periódicos, como no caso, *O Íris*, para que a circulação de ideias sobre a educação feminina fosse difundida.

Na página inicial do periódico, supracitado, notamos a frase “O gênio não tem sexo” de Madame de Stael (1776-1817), o que nos chama atenção para analisar de forma mais profunda o que esse trecho pode significar perante os aspectos referentes ao tempo histórico, a influência francesa no Brasil e ao ideário de educação feminina disseminada por meio dos impressos da época.

O jornal propagava que a mulher também deveria fazer parte dos avanços sociais, que a partir de sua emancipação, poderia contribuir de forma atuante para o progresso que estava em movimento no século XIX, como podemos ver na edição 00007, em 1875, quando o periódico *O Íris* publica:

A reivindicação dos direitos políticos da mulher já hoje não é mais um facto imaginário, utópico; não, hoje é um facto que ocupa a atenção da sociedade e que se discute com afan na pugna científica. Nobilitar hoje a mulher é o grande ponto convergente das disputas sociaes e será a grande obra que erguerá muito a humanidade. A sociedade precisa da mulher, e precisa muito, sem ella não pode existir e sem que lhe restituia todos os seus direitos não pode conquistar a terra almejada. É um axioma que o homem estúpido é o que mais rebaixa a mulher e tenta roubar-lhe todos os direitos; quando pois esta camada da sociedade que taceia nas trevas da estupidéz tiver minguido consideravelmente a mulher será mais bem julgada. Eduque-se bem a sociedade e a mulher subirá ao seu trono e empunhará seu sceptro tão vilmente usurpado.

Em suas páginas encontramos texto de autoria feminina, na sessão literária, há um conto intitulado “As duas amigas, Flora e Adelina”, assinado por D. Joanna Augusta M. de Vasconcelos, e D. Maria Candida Maciel de Vasconcelos, textos que abordam sobre o cotidiano feminino, mostrando assim o lado de entretenimento do jornal.

IMAGEM 1 - TRECHO DO JORNAL O ÍRIS: PERIÓDICO BI-MENSAL DEDICADO AO SEXO FEMININO

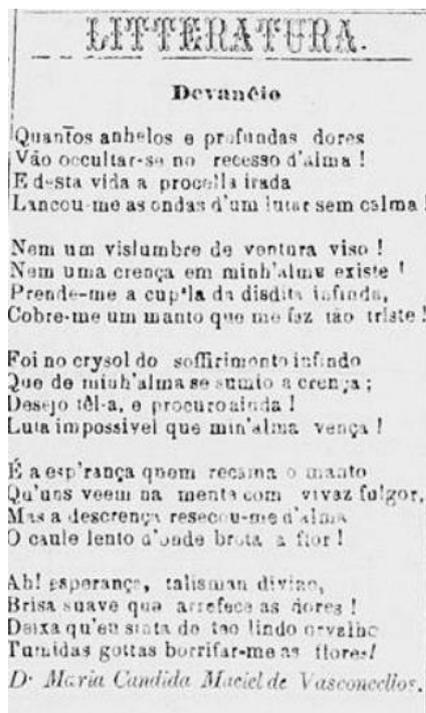


13 a 16 de junho  
Evento Online



### III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER  
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES



Fonte: Biblioteca Nacional Digital

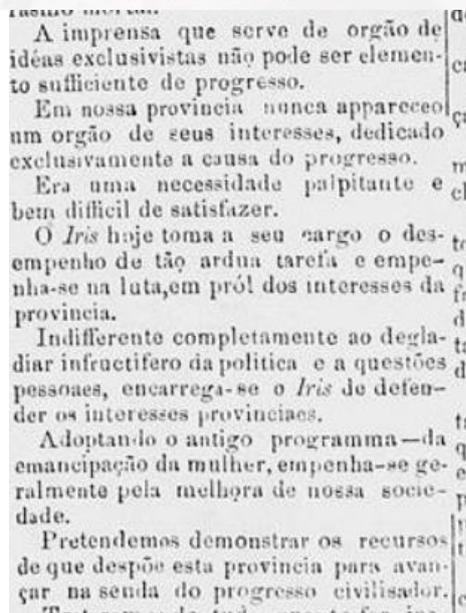
No ano de 1876, em sua primeira página retrata sobre o atraso que o Rio Grande do Norte se encontra, faz crítica sobre a falta de educação, e diz que apesar do jornal ser um meio de avanço para a sociedade, através de circulação de ideias, ele ainda não pode se responsabilizar pela consolidação do seu progresso.

IMAGEM 2 - TRECHO DO JORNAL O ÍRIS: PERIÓDICO BI-MENSAL DEDICADO AO SEXO FEMININO



### III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER  
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES



Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Apesar do país estar, na época, com uma alta taxa de analfabetismo, as mulheres, por um longo período, eram excluídas do espaço educacional, e resguardadas ao espaço do lar e seus afazeres domésticos. Mesmo diante de tantos impedimentos, o país contou com a produção de periódicos, como no caso citado, O Íris, para que a circulação de práticas educacionais femininas fosse disseminada na sociedade.

Os acontecimentos políticos e sociais ocorridos em todo o país tomavam fôlego e se propagam principalmente através dos jornais, um instrumento de divulgação de ideias escritas que faziam emergir a necessidade de um público apto na habilidade da leitura. “O grande veículo do espírito moderno era o próprio jornal, esse ‘novo animal’ que se fortalecia no século XIX, contribuindo fartamente para a consolidação da sociedade letrada” (MORAIS, 2002, p. 45).

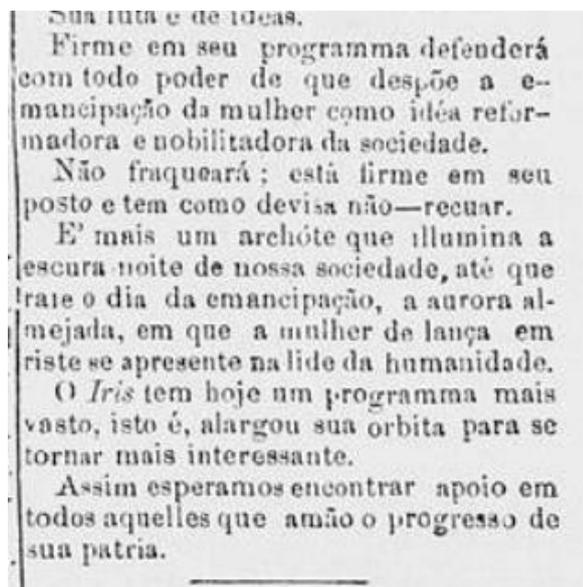
O jornal percebia que a mulher também deveria fazer parte dos avanços sociais, que a partir de sua emancipação, elas poderiam contribuir de forma atuante para o progresso.



### III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER  
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

IMAGEM 3: TRECHO DO JORNAL O ÍRIS: PERIÓDICO BI-MENSAL DEDICADO AO SEXO FEMININO



Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Os discursos sobre a instrução feminina começam a ganhar força e a se movimentarem através dos impresos no ano de 1876, ainda muito timidamente, comparado com o grande e vasto campo que é a imprensa norte-rio-grandense, mas é o início do processo que é repleto de avanços e retrocessos para a educação feminina.

A imprensa, como meio de comunicação e difusão de ideias, teve um papel importante na propagação desses discursos, ainda que timidamente em comparação com a vasta produção de jornais e revistas da época. No entanto, esses discursos foram um marco importante no processo de avanço da educação feminina, que enfrentou muitos obstáculos e retrocessos ao longo dos anos.

A educação feminina foi um tema de debate acalorado na época, e as discussões giravam em torno do papel da mulher na sociedade, de sua capacidade intelectual e da importância da educação para o seu desenvolvimento pessoal e profissional. A luta pela educação das mulheres foi uma das muitas lutas pelas quais as mulheres passaram e continuam a passar em busca de igualdade de direitos e oportunidades.



### III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



Portanto, os registros no jornal *O Íris*, aponta para a importância dos discursos sobre a instrução feminina na imprensa como um dos primeiros passos em direção ao avanço da educação das mulheres, embora esse processo tenha sido marcado por avanços e retrocessos ao longo do tempo.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendo que o caminho para investigar a historiografia da educação feminina, é um processo árduo e minucioso que necessita de tempo e muita disposição para investigar o que está dito e o não dito por meio das representações que são expostas através dos jornais oitocentistas, este trabalho é um breve trecho, que está sendo visitado, durante o processo de outras investigações na área.

Destacamos assim, a complexidade e a profundidade do estudo da historiografia da educação feminina, que envolve não apenas a análise das representações presentes nos jornais da época, mas também a compreensão dos contextos político, social, cultural e econômico em que esses discursos foram produzidos e circularam.

Nesta perspectiva, esta pesquisa me possibilitou a oportunidade de identificar um outro olhar sobre as práticas sociais e educativas das mulheres oitocentistas, perceber quais mudanças sociais e políticas o país, em especial, ao estado do Rio Grande do Norte, estava passando nesse período, e de compreender a importância da educação das mulheres para que os avanços ocorressem de fato.

É de suma importância compreendermos as práticas sociais e educativas das mulheres no século XIX, bem como as mudanças sociais e políticas pelas quais o país e o estado do Rio Grande do Norte estavam passando na época; a educação feminina é apontada como um fator essencial para que tais mudanças ocorressem, já que ela possibilitava a formação de mulheres mais preparadas e informadas, capazes de se inserir em espaços públicos e políticos e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É importante destacar que essa pesquisa também evidencia a luta das mulheres por acesso à educação em um contexto histórico em que a instrução feminina era muitas vezes vista com desconfiança e resistência.



### III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER  
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

Portanto, é importante valorizar e incentivar o desenvolvimento de pesquisas nessa área, que podem ampliar nossos horizontes sobre a história da educação e da participação das mulheres na vida pública.

Seguimos a partir deste trabalho, no caminho de novos percursos que nos ajudem a identificar os espaços em que as mulheres do século XIX, caminhavam e de como suas lutas foram essenciais para os caminhos que trilhamos nos dias atuais.

#### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

BARROS, José D'Assunção. História cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos, DHI/PPH/UEM**, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.

BNDIGITAL. **Jornal do Comércio (1838) [versão digital]**. Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1838. Edição 0024. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

BNDIGITAL. **O Íris Periódico Bi-Mensal dedicado ao Sexo Feminino (1875-1876) [versão digital]**. Hemeroteca Digital Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel, 2002

DEL PRIORE, Mary. **Histórias da gente brasileira; Vol. 2 Império**. São Paulo: LeYa, 2016.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil** / Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi (coord. de textos). 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

LOURO, Guacira. **Mulheres na sala de aula**. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil** / Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi (coord. de textos). 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

MORAIS, Arisnete Câmara de. **Leituras femininas no século XIX: (1850-1900)**. Campinas – SP. 1996.

PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru – SP: EDUSC, 2005.